

SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA DO ESPÍRITO SANTO  
SUBSECRETARIA DO TESOIRO ESTADUAL

# Resultado do **Tesouro Estadual**

**Agosto / 2013**



Vitória, Setembro/2013

### **SECRETÁRIO DE ESTADO FAZENDA**

Maurício César Duque

### **SUBSECRETÁRIA DO TESOIRO ESTADUAL**

Dineia Silva Barroso

### **GERENTE DE CONTABILIDADE**

Bruno Pires Dias

### **GERENTE DE FINANÇAS**

Ricardo Silva Volkers

### **GERENTE DE CONTROLE DO ENDIVIDAMENTO PÚBLICO E DAS METAS FISCAIS**

Marco Antonio Rocha Lima Guilherme

### **SUBGERENTE DE ANÁLISE ECONÔMICA DE PROJETOS E DAS METAS FISCAIS**

Julio Cesar Moraes Arana

### **SUBGERENTE DE INFORMAÇÕES FISCAIS E CONTABILIDADE DE CUSTO**

Alan Johanson

### **EQUIPE DE ELABORAÇÃO**

#### **Assessoria Técnica Fazendária**

Marcos Antonio Bragatto

Pedro de Oliveira

### **Subgerência de Análise Econômica de Projetos e das Metas Fiscais**

Alexandre Viana Gebara

Anderson Peixoto Jardim

Roberto Paula de Freitas Campos

Rudisom Rodrigues de Paula

**RESULTADO DO TESOIRO ESTADUAL** é uma publicação mensal da Subsecretaria do Tesouro Estadual, elaborada pela Assessoria Técnica Fazendária e pela Gerência de Controle do Endividamento Público e das Metas Fiscais.

## SUMÁRIO

1. Resultado Fiscal Do Estado Do Espírito Santo .....	4
2. Resultado Primário Do Estado .....	4
3. Resultado Orçamentário Do Estado .....	5
4. Resultado Nominal Do Estado.....	5
5. Dívida Pública Contratual .....	6
6. Análise Orçamentária Das Receitas De Operações De Crédito .....	7
7. Análise Do Desempenho Da Receita Orçamentária.....	9
8. Receita De Caixa Do Tesouro: Orçada X Realizada .....	13
9. Limites Legais Sobre As Receitas .....	13
10. Análise Da Execução Orçamentária Da Despesa – Recursos De Caixa .....	14

## 1. Resultado Fiscal do Estado do Espírito Santo

A presente publicação apresenta três conceitos de resultados mensais das contas de receitas e despesas do Estado, cujas definições e análises são demonstradas em cada um de seus tópicos.

Os resultados primário, orçamentário e nominal são determinados conforme metodologia da Lei de Responsabilidade Fiscal. Logo, esses resultados são derivados de receitas e despesas totais, incluindo as vinculadas e não vinculadas.

## 2. Resultado Primário do Estado

Tabela 1: Resultado Primário do Estado R\$ Mil

DISCRIMINAÇÃO DO RESULTADO	Ago	Jan/Ago
<b>RECEITA PRIMÁRIA TOTAL</b>	<b>1.136.646</b>	<b>7.928.479</b>
Receita Tributária	510.686	4.062.909
Receita de Contribuição	153.404	1.168.236
Transferências Correntes	419.440	2.423.066
Demais Receitas	53.117	274.268
<b>DESPESA PRIMÁRIA TOTAL</b>	<b>1.027.841</b>	<b>7.371.496</b>
Pessoal e Encargos Sociais	620.502	4.758.668
Outras Despesas Correntes	271.148	1.728.693
Despesas Primárias de Capital	136.192	884.135
<b>RESULTADO PRIMÁRIO - LRF</b>	<b>108.805</b>	<b>556.983</b>
<b>CONCESSÃO DE EMPRÉSTIMOS</b>	<b>42.216</b>	<b>479.099</b>
<b>RESULTADO PRIMÁRIO - LDO</b>	<b>66.589</b>	<b>77.884</b>

Fonte: GECON/SEFAZ

Elaboração: GECEM/SEFAZ

O Resultado Primário é o produto das receitas primárias, ou não financeiras, menos as despesas não financeiras. Quando positivo, denomina-se de superávit primário, quando negativo, de déficit primário.

O superávit primário pode ser entendido como uma fonte de recursos para pagamento da dívida pública. Em agosto, conforme Tabela 1, no conceito

da LRF, o Estado obteve superávit primário de R\$ 108,8 milhões. Entretanto, o Estado do Espírito Santo apresenta uma peculiaridade no cálculo do resultado primário, visto que nas despesas primárias não estão incluídas as inversões financeiras provenientes da concessão de empréstimo ao Fundap, ao mesmo tempo em que a receita do ICMS Fundap está incluída nas receitas primárias.

Diante disso, abatendo-se o valor da concessão de empréstimo, de R\$ 42,2 milhões, apresentado na Tabela 1, o resultado primário em agosto 2013 apresenta um superávit de R\$ 66,6 milhões. **Por conseguinte, no acumulado do ano, o resultado primário é superavitário em R\$ 77,9 milhões.**

De janeiro a agosto de 2013, o Estado apresentou resultado primário positivo de **R\$ 77,9 milhões**, segundo metodologia da LDO.

### 3. Resultado Orçamentário do Estado

Tabela 2: Resultado Orçamentário do Estado R\$ Mil

DISCRIMINAÇÃO DO RESULTADO	Ago	Jan/Ago
RECEITA ORÇAMENTÁRIA TOTAL	1.456.486	8.677.909
RECEITA	1.328.499	7.682.103
Receita Tributária	510.686	4.062.909
Transferências Correntes	419.440	2.423.066
Receita de Capital	301.494	607.032
Demais Receitas	96.879	589.095
RECEITA INTRAORÇAMENTÁRIA	127.987	995.807
Receita de Contribuições	126.735	985.835
Demais Receitas	1.252	9.972
DESPESA ORÇAMENTÁRIA TOTAL*	1.107.739	8.174.018
DESPESA	973.659	7.140.076
Pessoal e Encargos sociais*	487.585	3.734.015
Juros e Encargos da Dívida	15.365	116.743
Outras Despesas Correntes	269.984	1.719.403
Investimentos	113.192	507.287
Inversões Financeiras	65.216	855.947
Amortização da Dívida	22.317	206.681
DESPESA INTRAORÇAMENTÁRIA	134.080	1.033.942
Pessoal e Encargos Sociais	132.916	1.024.653
Outras Despesas Correntes	1.163	9.289
RESULTADO ORÇAMENTÁRIO - LRF	348.747	503.891

\*Despesa Liquidada

Fonte: GECON/SEFAZ

Elaboração: GECEM/SEFAZ

O balanço orçamentário apresenta a receita orçamentária total realizada em contrapartida à despesa orçamentária total liquidada, consolidado por todos os poderes e todas as fontes de recursos. Quando o resultado for positivo, denomina-se de superávit orçamentário, quando negativo, de déficit orçamentário.

Em agosto de 2013, verifica-se um superávit orçamentário de R\$ 348,7 milhões, decorrente de receitas orçamentárias de R\$ 1.456,4 milhões e despesas orçamentárias de R\$ 1.107,7 milhões.

O Resultado Orçamentário atingiu **R\$ 503,9 milhões** até agosto de 2013, segundo a metodologia da LRF.

**No acumulado do ano, constata-se um resultado orçamentário positivo de R\$ 503,9 milhões.**

### 4. Resultado Nominal do Estado

Tabela 3: Resultado Nominal do Estado R\$ Mil

DISCRIMINAÇÃO DO RESULTADO	Saldo em 31/12/2012	Saldo em 31/08/2013
DÍVIDA CONSOLIDADA	5.095.951	5.395.747
Dívida Pública Contratual	4.330.273	4.651.032
Precatórios/Demais dívidas	765.678	744.715
DEDUÇÕES	3.592.967	4.076.530
Disponibilidade de Caixa Bruta	3.179.072	3.351.904
Demais Haveres Financeiros	613.810	758.119
(-) Restos a Pagar Processados	199.915	33.493
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA	1.502.984	1.319.217
PASSIVOS RECONHECIDOS	709.735	484.474
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA	793.249	834.743
RESULTADO NOMINAL NO PERÍODO	-	41.494

Fonte: GECON/SEFAZ

Elaboração: GECEM/SEFAZ

O resultado nominal visa medir a evolução da dívida fiscal líquida, que é determinada pela dívida consolidada menos a disponibilidade e haveres financeiros do Estado. Diferentemente do resultado primário, o resultado nominal considera os juros e o principal da dívida, e todas as despesas financeiras.

No exercício financeiro em curso, o resultado nominal representa a diferença entre o saldo da dívida fiscal líquida na posição do último mês em análise e o saldo na posição do fim do ano anterior. Quando o resultado for positivo verifica-se um aumento da dívida e, quando negativo, uma redução da dívida.

A Dívida Fiscal Líquida até agosto de 2013 aumentou **R\$ 41,5 milhões**.

Nota-se na Tabela 3 que a **dívida fiscal líquida aumentou em R\$ 41,5 milhões**, passando de R\$ 793,2 milhões em 31/12/2012 para R\$ 834,7 milhões em 31/08/2013.

## 5. Dívida Pública Contratual

A seguir, apresenta-se o saldo da dívida pública contratual do Estado, cujo acompanhamento é de fundamental importância, visto que a gestão responsável dos recursos financeiros implica, necessariamente, na solvência do ente público em questão.

A discriminação da dívida pública do Estado, apresentada na Tabela 4, revela que o estoque da dívida em 31/08/2013 foi de R\$ 4.651 milhões. Comparativamente, houve um aumento de 6,7% do estoque da dívida, no mês de agosto em relação a julho de 2013. O montante da dívida pública contratual do Estado é composto por contratos de operações de crédito internas e externas, parcelamento de dívidas previdenciárias e de refinanciamentos de dívidas com a União, as quais, particularmente, representam o principal componente da dívida.

Em agosto de 2013, merece destaque o crescimento de 28,3% do saldo da dívida do Estado junto ao BNDES e o crescimento da dívida externa de 7%, formada por contratos relativos a organismos internacionais multilaterais, BID e BIRD. O aumento do saldo devedor se deve a liberações de recursos por parte do BNDES (R\$ 275,3 milhões), do BID (R\$ 2,1 milhões) e do BIRD (R\$ 12,5 milhões), conforme Tabela 4.

Tabela 4: Dívida Pública Contratual

DISCRIMINAÇÃO DA DÍVIDA	R\$ Mil			
	Saldo em 31/12/2012	Saldo em 31/07/2013	Saldo em 31/08/2013	Varição (%)
Dívida Pública Contratual	4.330.273	4.358.656	4.651.032	6,7
Parcelamento de Dív. da Adm. Indireta	9.943	9.522	9.404	-1,2
ISS/INSS/FGTS/RECEITA FEDERAL	9.943	9.522	9.404	-1,2
Dívida Contratual Interna - Adm. Direta	3.955.798	3.917.122	4.179.281	6,7
CEF	173.499	351.402	351.622	0,1
BNDES	953.321	960.828	1.236.864	28,7
União - Refinanciamento	1.960.513	1.945.363	1.942.110	-0,2
Baneses	222.157	208.636	206.138	-1,2
Parcelamentos: INSS e PASEP	646.307	450.893	442.548	-1,9
Dívida Contratual Externa - Adm. Direta	364.533	432.013	462.347	7,0
BID	171.736	222.400	245.211	10,3
BIRD	192.796	209.613	217.136	3,6

Fonte: SUDIP/SEFAZ

Elaboração: GECEM/SEFAZ

No período avaliado, alguns dos contratos da dívida pública apresentaram redução do saldo devedor, haja vista as amortizações mensais realizadas. No entanto, ressalta-se a variação positiva de 7,0% do saldo devedor da dívida externa, fato que

se deve à desvalorização do Real frente ao Dólar ocorrida a partir de maio, elemento que contribuiu sobremaneira para o aumento deste saldo, uma vez que esses contratos são vinculados à moeda norte-americana, além das liberações ocorridas em agosto.

A tabela 5 abaixo, apresenta os pagamentos de amortizações, juros e encargos da dívida pública, pelo regime de competência. Até agosto de 2013, o Estado disponibilizou R\$ 320,6 milhões do seu orçamento para pagamento do serviço da dívida. Deste montante, 71,5%<sup>1</sup> foram destinados ao pagamento dos refinanciamentos existentes, enquanto as operações de crédito, que potencializam investimentos na economia capixaba, representaram 28,5%<sup>2</sup>.

Tabela 5: Pagamentos da Dívida Realizados R\$ Mil

DISCRIMINAÇÃO DA DÍVIDA	Jan/Jul	Ago	Jan/Ago
Dívida Pública Contratual	282.965	37.670	320.635
Parcelamento de Dív. da Adm. Indireta	1.772	452	2.224
INSS/FGTS/RECEITA FEDERAL	1.772	452	2.224
Dív. Contratual Interna - Adm. Direta	259.336	37.218	296.554
CEF	7.279	5.263	12.542
BNDES	51.911	4.943	56.854
União - Refinanciamento	102.396	14.741	117.137
Baneses	26.329	3.807	30.136
Parcelamentos: INSS e PASEP	71.422	8.463	79.885
Dív. Contratual Externa - Adm. Direta	21.857	-	21.857
BID	14.122	-	14.122
BIRD	7.735	-	7.735

Fonte: GECON/SEFAZ

Elaboração: GECEM/SEFAZ

## 6. Análise Orçamentária das Receitas de Operações de Crédito

As receitas de operações de crédito para o ano de 2013 foram orçadas em R\$ 1.595 milhões. No acumulado do ano, foram realizadas R\$ 533 milhões, o que representa 33,4% do total orçado.

<sup>1</sup> Considerando todos os Refinanciamentos com a União, Contrato Baneses, os Parcelamentos do INSS e PASEP e os parcelamentos da Administração Indireta.

<sup>2</sup> Considerando as operações de crédito firmadas com CAIXA, BNDES, BID e BIRD.

Tabela 6: Operações de Crédito Realizadas

R\$ Mil

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	Orçamento	Até Agosto	(%)
	1.595.804	533.049	33,4%
<b>Operações de Crédito Internas</b>	<b>1.387.760</b>	<b>478.191</b>	<b>34,5%</b>
BNDES - Transcol III	1.000	-	0,0%
BNDES - Transcol IV	120.000	30.457	25,4%
BNDES - Saúde	20.000	-	0,0%
CEF - Programas Pró-Moradia	3.000	974	32,5%
BNDES - PMAE Fazendário	10.200	-	0,0%
CEF - Rio Marinho	17.000	-	0,0%
BNDES - BRT GV	150.000	4.129	2,8%
BNDES - PMAE Gestão	11.000	-	0,0%
PROGRAMA Pro Investe	255.560	167.295	65,5%
Programa Estadual de Desenvolvimento Sustentável - PROEDES	800.000	275.336	34,4%
<b>Operações de Crédito Externas</b>	<b>208.044</b>	<b>54.859</b>	<b>26,4%</b>
Op. de Crédito Externas para Prog. de Meio Ambiente	5.600	-	0,0%
BID - PROFAZ	17.000	3.907	23,0%
BID - PRES III	135.444	50.952	37,6%
BID - PRODETUR	10.000	-	0,0%
Projeto de Gestão Integrada de Águas e Paisagens	40.000	-	0,0%

Fonte e Elaboração: GECEM

Do total realizado, destacam-se a entrada efetiva de R\$ 275,3 milhões do **PROEDES**, R\$ 167 milhões do programa **PROINVESTE/FINISA**, R\$ 30 milhões do programa **Transcol IV** e R\$ 50,9 milhões do programa **BID - PRES III**.

Após a visita da Missão Técnica da Secretaria do Tesouro Nacional ao Estado, nos dias 18 e 19 junho de 2013, ainda foram incluídas no Programa de Ajuste Fiscal do Estado, as operações relacionadas a seguir, com suas respectivas previsões de liberações financeiras:

Tabela 7: Novas Operações de Crédito incluídas no PAF

R\$ Mil

NOVAS OPERAÇÕES	TOTAL	2013	2014	2015	2016	2017	2018
BIRD - Swap	329.544	-	57.839	69.453	102.214	100.038	-
BNDES - PMAE Gestão	11.000	-	5.000	6.000	-	-	-
BID - PRODETUR	98.089	-	-	15.092	24.331	24.333	34.333
BNDES - Estados II	180.000	-	40.000	80.000	60.000	-	-
BNDES - PMI GV	100.000	-	-	-	-	50.000	50.000
BIRD - Gestão Águas/Paisagens	459.788	-	80.000	90.000	90.000	105.788	94.000
BNDES - Social, Saúde e Educação	162.626	-	-	-	-	67.626	95.000
CAIXA - PAC Prevenção	206.625	300	65.997	71.986	51.344	16.998	-
BID - Estado Presente	113.439	-	-	11.343	17.016	28.360	56.720
BID - Ampliação do Ensino Médio	100.000	-	-	-	-	50.000	50.000
BID - Mobilidade Urbana Polos	105.000	-	-	-	-	50.000	55.000
<b>Total</b>	<b>1.866.110</b>	<b>300</b>	<b>248.836</b>	<b>343.874</b>	<b>344.905</b>	<b>493.142</b>	<b>435.053</b>

Fonte e Elaboração: GECEM/SEFAZ

Assim, o Tesouro Estadual alerta que mesmo com um nível de realização das receitas de operações de crédito inferior ao montante de investimento, com a referida inclusão, prevê-se o acréscimo de R\$ 1.866 milhões nos próximos orçamentos anuais, além dos R\$ 2.054 milhões de operações de crédito já previstos para os próximos orçamentos, referentes aos projetos em andamento, excluindo R\$ 1.595 milhões do orçamento previsto para 2013.

## 7. Análise do Desempenho da Receita Orçamentária

A receita total até o mês de agosto de 2013 recuou, em termos reais, 3,4% em relação a igual período de 2012. **No entanto, em termos nominais, houve um crescimento de 3,1% até agosto, em relação ao mesmo período do exercício anterior.** Especificamente, para análise das receitas que compõem o caixa do Tesouro, faz-se necessário avaliar o comportamento de seus principais itens, quais sejam: ICMS sem Fundap, IPVA, FPE, Cota-Parte IPI, Royalties do Petróleo, IRRF e Rendimentos de Aplicações Financeiras.

Nas tabelas 8 e 9 a seguir, apresentam-se os valores dos principais itens da receita total do Estado e das atividades econômicas do ICMS, comparando as arrecadações de 2013 com as do ano de 2012, e seus respectivos crescimentos reais, isto é, deflacionados pelo IPCA do período, da ordem de 6,50%.

As receitas de IRRF apresentaram crescimento real de 11,4% no mês de agosto relativamente ao mesmo mês do ano anterior. No acumulado até agosto de 2013, essa rubrica demonstrou um expressivo crescimento de 9,2%, comparativamente ao mesmo período de 2012.

Já o IPVA apresentou uma queda real de 5,2% no acumulado até agosto do atual exercício financeiro, comparado com o mesmo período do exercício anterior. Essa queda, em termos reais, é explicada, em grande parte, pela queda de 25,1% no total de carros vendidos no varejo dentro do Estado no acumulado do ano, passando de 78,9 mil para 72,2 mil veículos em 2013, de acordo com dados da Federação Nacional da Distribuição de Veículos Automotores (FENABRAVE).

Quanto às transferências constitucionais, constata-se uma redução, no acumulado do ano, em relação à Cota-Parte do IPI de 9,9%, enquanto que a Cota-Parte do FPE manteve-se praticamente estável, com 0,5% de variação. A queda da arrecadação acumulada da Cota-Parte do IPI se deve aos efeitos concretos do Decreto n.º 7.971 de 28/03/2013, que reverteu o decreto anterior, de janeiro de 2013, que previa a majoração de alíquotas de IPI para uma diversificada pauta de produtos industrializados.

Quanto a Cota-Parte do FPE, vale ressaltar que houve um expressivo crescimento de 14,3% no mês de agosto em relação ao mês anterior.

QUADRO 1 - Composição do FPE em Mil R\$				
	ago/12	ago/13	Diferença	? %
Parcela IPI	11.958	12.805	847	7,1%
Parcela IR	54.357	67.936	13.580	25,0%
<b>Total</b>	<b>66.315</b>	<b>80.741</b>	<b>14.427</b>	<b>21,8%</b>

Como pode ser observado no quadro 1, a elevação nominal de 25% da parcela do Imposto de Renda (IR), de R\$ 54,3 milhões em ago/2012 para R\$ 67,9 milhões em ago/13, juntamente com o crescimento de 7,1% na parcela do IPI, contribuíram para o resultado nominal positivo da Cota-Parte do FPE de 21,8%.

No acumulado do ano, a **receita total** apresentou crescimento nominal de **3,1%**, em relação ao mesmo período do ano passado.

Tabela 8: Evolução da Receita Total Contabilizada

R\$ Mil

ESPECIFICAÇÃO	Ago/12	Ago/13	Cresc. Real (%)	Até Ago/12	Até Ago/13	Cresc. Real (%)
Receita Total	1.206.880	1.456.486	13,3	8.427.647	8.677.909	-3,4
IRRF	35.414	42.037	11,4	250.500	291.360	9,2
IPVA	17.912	14.734	-22,8	345.775	349.322	-5,2
ICMS	559.632	631.790	5,9	4.502.289	4.991.845	4,0
ICMS FUNDAP	142.431	64.521	-57,5	1.386.812	601.069	-59,3
Cota-Parte FPE	66.315	80.741	14,3	632.353	676.978	0,5
Cota-Parte IPI	22.674	22.400	-7,3	166.108	159.531	-9,9
Royalties	19.839	29.737	40,7	174.863	237.020	27,2
Participação Especial	275.000	196.253	-	782.447	604.760	-27,5
FUNDEB	60.925	65.397	0,7	523.659	561.896	0,7
Operações de Crédito	5.443	294.172	4.971,9	46.750	533.049	970,0
Leilão FUNDAP	10.427	3.881	-65,1	97.407	52.766	-49,2
Outras Receitas	189.228	224.612	11,4	1.352.792	1.431.145	-0,7
Rec. Intra-Orçamentárias	117.575	127.987	2,2	876.585	995.807	6,6
Deduções - municípios	-202.684	-203.954	-5,6	-1.788.878	-1.721.625	-9,7
Deduções - FUNDEB	-113.252	-137.823	14,2	-921.813	-1.087.014	10,7

Fonte: GECOM/SEFAZ

Elaboração: GECOM/SEFAZ

No acumulado do ano, a **receita de ICMS** apresentou crescimento real de **4,0%**, em relação ao mesmo período do ano passado. Em termos nominais, o crescimento foi de **10,5%**.

Adicionalmente, as receitas de Royalties apresentaram crescimento real de 40,7% em agosto de 2013, em relação a agosto de 2012. Analisando as variáveis básicas que compõem a receita de Royalties, constata-se que essa elevação em agosto deve-se, em maior parte, a variação positiva de 6,21% na produção de petróleo e, em menor parte, a leve alta do preço do Barril Brent, que passou de R\$ 94,84 para R\$ 103,11. Ainda, o crescimento da receita de royalties de agosto recebeu a colaboração da elevação cambial de 4,88% no período em análise. A produção de gás natural também teve aumento de 12,59% no mês de junho (competência agosto) em relação ao mesmo período do ano passado, contribuindo para o crescimento da citada receita.

Em relação à Participação Especial associada a exploração da cadeia de petróleo, no mês de agosto houve ingresso de R\$ 196 milhões, quantia que representou uma redução real de 33% em relação a mesma parcela do ano passado. No acumulado do ano, também se constata um decréscimo real de arrecadação nessa rubrica da ordem de 27,5%.

Ainda no mês de agosto, houve a entrada de R\$ 294,4 milhões de recursos de receitas decorrentes de operação de crédito, referente principalmente a duas operações: PROEDES junto ao BNDES da ordem de R\$ 275 milhões, e R\$ 14,7 milhões referentes à operação BID – Programa Rodoviário III e ao PROFAZ.

No entanto, a despeito do crescimento das receitas citadas, nota-se que houve queda real do ICMS Fundap de 59,3% no acumulado do ano. Esta queda está associada à unificação das alíquotas dos Estados em 4% das operações de comércio de produtos importados, cujo impacto se faz sentir em duas vias: diminuição das importações pelos portos do Espírito Santo, de US\$ 5,87 bilhões no acumulado até agosto de 2012, para US\$ 4,80 bilhões até agosto de 2013, segundo dados da SECEX, e também por conta da diminuição da alíquota interestadual sobre importados, que passou de 12% para 4%.

Desse modo, nota-se que apesar da diminuição da movimentação das importações pelos portos capixabas no montante aproximado de US\$ 1 bilhão, a queda da arrecadação do ICMS-Fundap está alinhada com a queda de 66% da alíquota do comércio interestadual sobre produtos importados. Assim, apreende-se que a queda na movimentação física vem sendo compensada pela desvalorização cambial da moeda nacional do período em tela.

Em relação às categorias de receitas que compõem o ICMS, de acordo com a Tabela 9, a arrecadação do ICMS cresceu, em termos reais, 4% até agosto de 2013 em relação ao mesmo período do ano anterior, ressaltando-se que houve um crescimento nominal da ordem de 10,5% no mesmo período.

Tabela 9: Evolução da Receita ICMS

R\$ Mil

ESPECIFICAÇÃO	Ago/12	Ago/13	Cresc. Real (%)	Até Ago/12	Até Ago/13	Cresc. Real (%)
ICMS	559.632	631.790	5,9	4.502.289	4.991.845	4,0
Comércio	125.304	116.683	-12,6	1.014.164	982.407	-9,1
Indústria	108.918	131.708	13,5	910.866	1.129.634	16,4
Energia Elétrica	60.704	54.179	-16,2	506.793	504.469	-6,6
Comunicação	43.292	47.471	2,9	360.873	373.781	-2,8
Transportes	21.788	22.528	-3,0	157.598	176.050	4,8
Substituição Tributária	131.541	178.185	27,1	1.021.510	1.255.938	15,4
Simplex Nacional	22.908	24.585	0,7	173.030	194.244	5,3
Comércio Exterior	17.487	29.804	59,9	159.528	184.845	8,7
Diversos	27.690	26.649	-9,7	197.929	190.477	-9,7

Fonte: GECON/SEFAZ

Elaboração: GECEM/SEFAZ

Cumprir destacar o bom desempenho acumulado das categorias Indústria e Simplex Nacional, com crescimento real de 16,4% e 5,3% respectivamente. Também, ressalta-se o crescimento real da Substituição Tributária de 15,4%, categoria importante pela crescente expressividade no ano, já se constituindo a principal categoria na composição do ICMS total, fato que em grande parte se deve a expansão de sua base tributária.

Por outro lado, o bom comportamento do setor indústria pode ser explicado pela permanência do índice da **produção industrial** do Estado em patamar elevado nos últimos quatro meses, destacando o crescimento nominal de 7,5% no último resultado divulgado pelo IBGE, ou seja, a variação de maio de para junho de 2013. Destaca-se, ainda, o significativo crescimento de 1,1% do **IBCR-ES**, índice de atividade econômica do Estado medido pelo BACEN. No mesmo corte, vale ressaltar também que houve crescimento de 6,9% no índice de volume de vendas total no varejo de junho para julho de 2013.

Além disso, vale ressaltar a continuidade do aquecimento do mercado de trabalho regional, demonstrado pelo nível de emprego formal do Estado divulgado pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), que indica crescimento de 1,1% em julho de 2013 em relação ao mesmo mês do ano passado.

Quanto à queda ICMS Energia Elétrica de 16,2% no mês de agosto em relação ao ano anterior, explica-se pelos efeitos da redução das tarifas anunciada pela ANEEL no início do ano. No entanto, no acumulado do ano, a receita dessa rubrica

A arrecadação acumulada até agosto de **ICMS Indústria** apresentou um crescimento real de 16,4%, em relação ao mesmo período do ano anterior.

apresenta uma queda real moderada de 6,6%, em função de que a efetivação da redução das alíquotas apenas ter, de fato, ocorrido a partir do mês de março.

Segundo a ANEEL, a queda na alíquota média está estimada em aproximadamente 20,2%, sendo que para consumidores residenciais prevê-se um desconto mínimo de 18%, e para consumidores de alta tensão, calcula-se que o abatimento que possa chegar a uma margem até 32%.

Em geral, o Tesouro Estadual destaca que, no mês de agosto, os indicadores econômicos agregados da economia capixaba apresentaram crescente performance, onde, principalmente, os índices de atividade econômica, de produção industrial e de emprego formal se mantiveram em patamares elevados, o que sugere um horizonte fiscal positivo para o curto e médio prazo. Mas, a despeito desse cenário, percebe-se uma acomodação da demanda das famílias, tanto no Estado quanto no país, medida pelos índices de venda no varejo no Estado e no Brasil, efeitos consoantes com o início do ciclo da política monetária restritiva, corroborado com a expectativa do mercado.

Fundamentalmente, no conjunto das principais **receitas de caixa do Tesouro, houve crescimento de 2,1% no acumulado do ano, em termos nominais**. No entanto, conforme Tabela 10, foi registrada a queda real de 4,2% até agosto de 2013. A principal razão para essa queda foi a redução acumulada de R\$ 177 milhões na Participação Especial de Petróleo em relação ao ano passado e a redução acumulada de R\$ 66 milhões na receita de Caixa do Tesouro referente ao ICMS Fundap, no mesmo período.

Tabela 10: Receita de Caixa do Tesouro Realizada

R\$ Mil

ESPECIFICAÇÃO	Ago/12	Ago/13	Cresc. Real (%)	Até Ago/12	Até Ago/13	Cresc. Real (%)
Total de Caixa do Tesouro	868.983	850.807	-8,1	5.681.853	5.800.898	-4,2
IRRF	35.414	42.037	11,4	250.500	291.360	9,2
IPVA	8.956	7.367	-22,8	172.887	174.661	-5,2
ICMS	417.727	471.583	5,9	3.359.457	3.725.618	4,1
ICMS FUNDAP	11.833	5.360	-57,5	115.215	49.936	-59,3
Cota-Parte FPE	66.315	80.741	14,3	632.353	676.978	0,5
Cota-Parte IPI	17.006	16.800	-7,3	124.581	119.648	-9,9
Royalties	19.244	28.845	40,7	169.617	229.910	27,2
Participação Especial	274.162	196.253	-32,8	781.610	604.760	-27,4
FUNDEB	60.925	65.397	0,7	523.659	561.896	0,7
Leilão FUNDAP	10.427	3.881	-65,1	97.407	52.766	-49,2
Outras Receitas	60.225	70.366	9,6	376.380	400.379	-0,2
Deduções - FUNDEB	-113.252	-137.823	14,2	-921.813	-1.087.014	10,7

Fonte: GECON/SEFAZ

Elaboração: GECEM/SEFAZ

É válido tecer considerações sobre o ICMS-Fundap, o qual é transferido aos municípios do Estado. Do total arrecadado sob essa rubrica, 66,67% retorna ao contribuinte na forma de concessão de empréstimo e 25% são distribuídos entre os municípios. Assim, verifica-se que essa receita até agosto de 2013, somou R\$ 601,1 milhões. Logo, foi repassado aos municípios, nesse período, o montante de R\$ 150 milhões.

No acumulado do ano, as **Receitas de Caixa do Tesouro** apresentaram crescimento nominal de 2,1%.

## 8. Receita de Caixa do Tesouro: Orçada x Realizada

Quanto ao percentual de receita de caixa do Tesouro realizada em comparação à receita de caixa orçada na LOA (Lei Orçamentária Anual) para o exercício financeiro de 2013, verifica-se que a receita de caixa do Tesouro acumulada até agosto de 2013 foi de R\$ 5.800,9 milhões, equivalente a 66,7% da receita orçada de R\$ 8.697,3 milhões para todo o exercício financeiro (Tabela 11). Ou seja, **o percentual de realização das receitas de caixa do Tesouro de 66,7% situa-se exatamente na média esperada para o período, o que demonstra a solidez e integralidade do comportamento esperado das receitas do Tesouro Estadual.**

Já o percentual de realização da **Receita Corrente Líquida (RCL)** é de **66,8%** da RCL prevista para ano, percentual igualmente condizente com a média prevista para o período, fato esse que se traduz em um excelente indicador da regularidade fiscal do Estado.

Tabela 11: Receita Prevista x Receita Realizada R\$ Mil

ESPECIFICAÇÃO	2013			
	Prevista Inicial	Realizada até Agosto	Provável no Ano	% Realizada
Receita Corrente Líquida	10.307.000	6.889.528	10.307.000	66,8
Receita de Caixa do Tesouro	8.697.280	5.800.898	8.697.280	66,7

Fonte: GECON/SEFAZ

Elaboração: GECEM/SEFAZ

## 9. Limites Legais sobre as Receitas

A Tabela 12 apresenta os percentuais de receita realizada e os limites máximos e mínimos que o Estado está obrigado a cumprir no encerramento do exercício financeiro. Dessa forma, verifica-se que, em agosto de 2013, os indicadores estão abaixo dos limites máximos estabelecidos em relação à receita corrente líquida, tanto para gastos com pessoal quanto para endividamento público.

Tabela 12: Limites sobre a Receita R\$ Mil

ESPECIFICAÇÃO	Até Agosto 2013		2013
	Valores	% Efetivo Limites	Teto / Mínimo
Receita Corrente Líquida:	6.889.528		
Limite Máximo - Pessoal Executivo (até 49%)	2.814.507	40,9	5.050.430
Saldo Devedor da Dívida Consolidada (até 200%)	1.319.217	12,8	20.614.000
Operação de Crédito Prevista no Exercício (até 16%)	1.595.804	15,5	1.649.120

Fonte: GECON/SEFAZ

Elaboração: GECEM/SEFAZ

Ressalta-se que, conforme Resolução do Senado Federal, o limite para recebimento anual de operação de crédito é de até 16% da receita corrente líquida do exercício. Logo, o montante desta receita que o Estado pretende contratar em 2013, de cerca de R\$ 1.595,8 milhões, é inferior ao montante total legal permitido para o ano, de R\$ 1.649,1 milhões.

## 10. Análise da Execução Orçamentária da Despesa – Recursos de Caixa

A Tabela 13 apresenta um resumo da despesa autorizada, empenhada e liquidada, consolidada por todos os poderes e por grupo de despesas, financiadas exclusivamente com recursos de caixa.

Inicialmente, a despesa total com recursos de caixa foi orçada no montante de R\$ 8.561,4 milhões.

Tabela 13: Todos os Poderes – até Agosto 2013 / Recursos de Caixa R\$ Mil

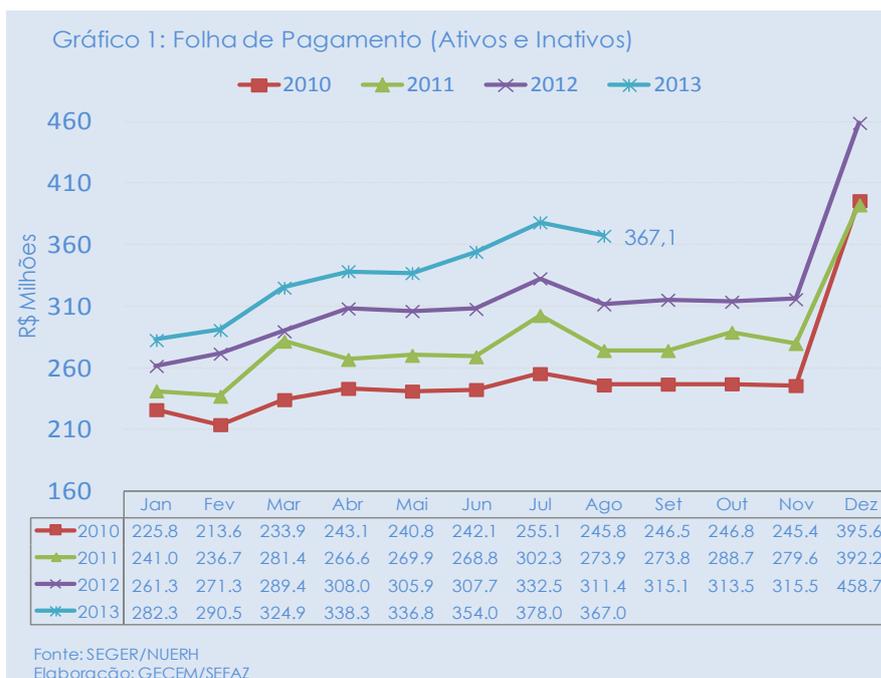
GRUPO DE DESPESA	Autorizada	Empenhada	Liquidada	% de Liquidação
Pessoal e Encargos	5.346.645	4.735.325	3.517.939	65,8
Dívida Pública	623.404	606.081	320.231	51,4
Outras Desp. Correntes	2.216.796	1.866.978	1.189.313	53,7
Investimento	781.063	453.342	253.435	32,4
<b>Total</b>	<b>8.967.908</b>	<b>7.661.726</b>	<b>5.280.918</b>	<b>58,9</b>

Fonte: GECON/SEFAZ

Elaboração: GECEM/SEFAZ

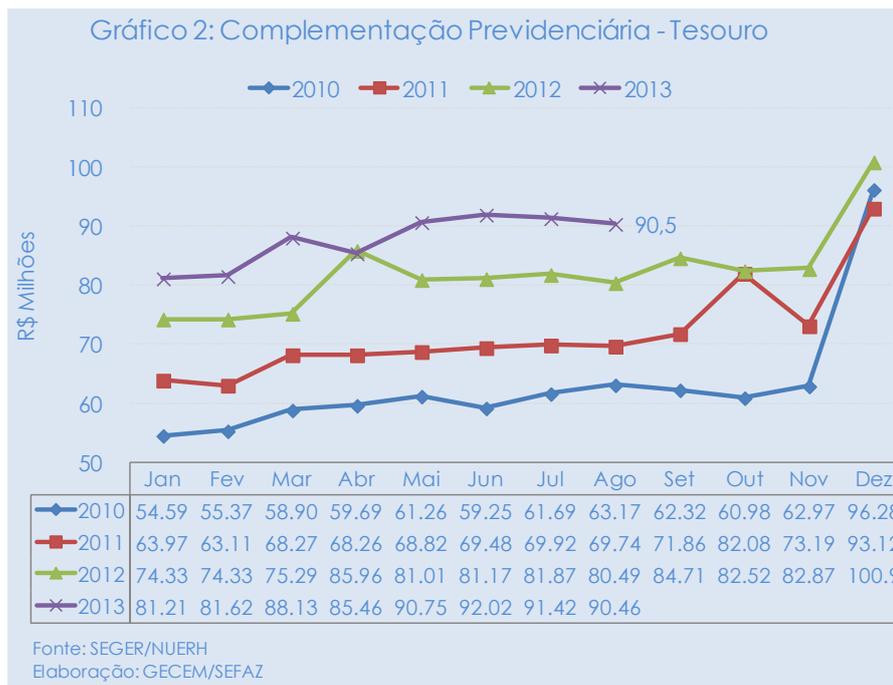
De modo geral, afere-se que as despesas liquidadas com recursos de caixa do Tesouro Estadual estão em torno de 59% do montante autorizado para o exercício, ou seja, o percentual de liquidação financeira segue inferior a média prevista para o período, enquanto que, por outro lado, as receitas de caixa do Tesouro performam em consonância com a média prevista para o período, conforme constatado anteriormente. Em suma, **projeta-se uma banda de segurança financeira de aproximadamente 8 p.p, advinda da diferença entre as receitas e as despesas realizadas com recursos do Tesouro Estadual.**

Quanto à despesa de pessoal, foram realizados, no ano, 65,8% da despesa autorizada, isto é, um valor próximo da média mensal esperada da despesa autorizada para o exercício. Haja vista a importância desse item, o Gráfico 1, elaborado a partir de dados cedidos pela SEGER, apresenta a evolução mensal da folha de pagamento do Poder Executivo, desde janeiro de 2010 até agosto de 2013:



De acordo com os dados da folha de pagamento, destaca-se o crescimento nominal de 17,9% da folha em agosto de 2013 sobre o mesmo período do ano passado. Percebe-se ainda, que este crescimento está de acordo com o reajuste linear de 4% dado aos servidores em junho de 2013, pagamento de Bolsa Desempenho aos servidores da SEDU em julho de 2013, crescimento vegetativo da folha de pagamento de 2% e ao acréscimo de servidores no período. Ademais, cabe mencionar que em agosto de 2013 foram pagas folhas complementares do mês anterior relativas à incorporação de novos soldados, promoções e progressões na Polícia Civil, acrescidas dos dispêndios da admissão de novos professores.

A complementação previdenciária refere-se ao montante que o Tesouro Estadual destina ao Fundo Financeiro para o pagamento das aposentadorias e pensões. Conforme demonstrado no Gráfico 2, esse componente da despesa de pessoal merece uma avaliação à parte, visto que sua evolução, desde janeiro de 2010, é superior ao reajuste geral dos servidores, e será assim também para os próximos exercícios, em função do aumento do quantitativo de aposentadorias.



A folha de pagamento sem a complementação, até agosto de 2013, aumentou 12,4% em termos médios relativamente ao mesmo período de 2012, paralelamente, a complementação previdenciária também aumentou 10,5% em média no período<sup>3</sup>. Do montante de R\$ 367 milhões da folha de pagamento do mês de agosto de 2013, o valor de R\$ 90,5 milhões refere-se à complementação previdenciária (Gráfico 2). Vale frisar que, ao se aposentar, o servidor passa a pagar menos contribuição ao Fundo Financeiro, já que o desconto incide apenas sobre a parcela de sua remuneração que excede ao teto do regime geral da previdência, o que, conseqüentemente, gera para o Tesouro uma contribuição previdenciária maior a cada mês.

A tabela 14 apresenta a contabilização das despesas de pessoal para fins de aferição do cumprimento dos limites estabelecidos pela LRF. Percebe-se que no acumulado dos últimos 12 meses, a relação de despesa com pessoal sobre RCL guardou a proporção de 40%, atendendo os limites legais (prudencial e máximo) relativos aos gastos com pessoal.

Tabela 14: Despesa Liquidada com Pessoal – Poder Executivo

PERÍODO	RCL Total (R\$ Mil)	Despesa de Pessoal (R\$ Mil)	% Efetivo
<b>2012</b>	<b>10.915.833</b>	<b>3.965.160</b>	<b>36,3</b>
Set/2012 a Ago/2013	10.632.447	4.248.896	40,0
Previsto 2013	10.307.000	4.374.000	42,4
Varição % 2013/2012	-5,58	10,31	-
Limite Máximo da RCL %		49,0	
Máximo Prudencial da RCL		46,5	

Fonte: GECON/SEFAZ  
Elaboração: GECEM/SEFAZ

<sup>3</sup> Cabe salientar que o crescimento da folha de pagamento sem a complementação previdenciária passou por uma expressiva variação nominal positiva em função da necessidade de aumentar a contratação de professores com contratos de designação temporária em março/2013, o que elevou as despesas com encargos sociais (INSS) no acumulado do ano.